

QUEM É QUEM NOS MERCADOS FINANCEIROS

Faria de Oliveira deixou há pouco tempo a administração da caixa Geral de Depósitos para se dedicar em exclusivo à presidência da APB.



Paulo Alexandre Coelho

ENTREVISTA FARIA DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

"A banca encontra-se bem capitalizada e confortável em liquidez"

Faria de Oliveira defende um aumento do crédito com regras, de forma a não enfraquecer as instituições.

RAQUEL CARVALHO
raquel.carvalho@economico.pt

Em entrevista ao Diário Económico, Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) defende ser essencial financiar a economia para que o País comece a crescer e garante que os bancos estão em condições para financiar empresas, sendo os primeiros interessados nisso.

Em Portugal há dificuldades no financiamento às empresas. Que comentário tem a fazer?

O financiamento de economia é essencial para o processo de aceleração da passagem da recessão para o crescimento económico e requer actuação simultânea em três vectores: investimento, nacional e estrangeiro, reforço da capacidade produtiva e de novos projectos; concessão de crédito e respectivas condições; reforço da autonomia financeira das empresas, designadamente da sua recapitalização.

De que forma se podem incentivar isso?

É necessário criar condições para atrair o investimento. O crédito fiscal ao investimento é uma medida muito positiva, mas conviria que fosse alargado o período em que vigora. A redução do IRC, no quadro do próximo Orçamento de Estado (OE), seria também particularmente bem-vinda. Uma boa utilização dos

Justifica-se "uma revisão do 'ranting'"

Faria de Oliveira defende que "o desempenho dos bancos portugueses, a sua resiliência ao longo de uma crise de quase seis anos e o retorno aos mercados por parte da CGD e do BES, já justificavam uma revisão do rating" de Portugal e das instituições bancárias e frisa que os bancos nacionais, comparativamente, a outros estados-membros, são dos que menos necessitam de ajudas de Estado (situava-se nos 3%), em 2009 e nos 7%, em 2011, "bem abaixo da maioria dos Estados Membros", diz, admitindo ainda que "os bancos tudo farão para evitar" que Portugal utilize o dinheiro que resta concedido pela troika para recapitalizar os bancos.

fundos comunitários existentes ou especificamente para Portugal e de linhas de crédito de instituições especializadas e multilaterais será fundamental para dinamizar o investimento.

O aumento do crédito é um objectivo dos bancos, que são os primeiros interessados na sua concessão a empresas que submetam projectos de investimento viáveis ou dele necessitem para a sua actividade. Mas essa concessão de crédito não pode deixar de seguir critérios de avaliação do risco correctos e prudentes, sob pena de enfraquecer os bancos. O aumento da resiliência das empresas passa pelo reforço da sua autonomia financeira, pelo que a sua recapitalização é fundamental. Para além do acesso a fundos comunitários apropriados, de abertura de capital a outros accionistas, do capital de risco nas suas várias vertentes, do recurso ao mercado de capitais, mecanismos novos, como a emissão de dívida subordinada elegível para capital, por contrapartida das empresas junto dos bancos, poderão ser extremamente úteis. Os bancos já estão em condições de dar financiamento às empresas?

A banca encontra-se bem capitalizada e confortável em liquidez, e é a primeira interessada em conceder crédito. A diminuição do crédito resulta principalmente da falta de procura.

Existirá, também, alguma aversão ao risco, mas as boas empresas e projectos não têm problema em aceder ao crédito.

As empresas queixam-se que os juros são muito altos. Faz sentido que empresas no mesmo espaço da zona euro, tenham que pagar custos tão diferenciados?

O preço do crédito novo é função do custo do 'funding', do custo do capital e do risco. Com as crises de 2008-2009 e a crise da dívida soberana, o mercado financeiro europeu fragmentou-se, tornou-se mais nacional. Em Portugal, o custo do 'funding' é muito mais elevado do que em outros Estados Membros, o custo do capital também e a recessão económica conduziu à diminuição da qualidade do crédito e a imparidades.

O processo de redução destes custos e o aumento da eficiência dos bancos são as vias de redução dos 'spreads' do crédito novo. Para isso, é fundamental o processo de integração financeira europeu. É uma fortíssima desvantagem competitiva para as nossas empresas o custo mais elevado do crédito. Seriam bem-vindas algumas medidas europeias que permitissem aproximar os juros pagos pelas empresas portuguesas dos praticados noutros Estados Membros. ■